Valor ECONÔMICO

Imprimir ()

11/09/2018 - 05:00

Crescimento sempre adiado

Por **Gustavo Loyola**

É inegável que a greve dos caminhoneiros em maio último influenciou o fraco resultado do PIB no segundo trimestre do ano. Estima-se que, sem a greve, o crescimento no trimestre poderia ter sido de 0,5% em relação ao trimestre anterior, e não apenas de 0,2%, conforme divulgado pelo IBGE na semana passada.

O forte impacto da paralisação mostrou a elevada dependência da economia brasileira do modal rodoviário. A ruptura temporária da cadeia logística trouxe paralisia ao processo produtivo e queda das vendas do varejo, além de efeitos negativos sobre o comércio exterior. Em parte, tais efeitos foram compensados após o término da greve, como sugerem os indicadores de produção industrial e de vendas mais recentes, o que pode significar um crescimento maior no terceiro trimestre do ano.

Ocorre que a fraqueza da recuperação econômica não pode ser debitada apenas à greve dos caminhoneiros. Mesmo antes de sua eclosão, os indicadores já mostravam certo enfraquecimento da recuperação que, aliás, já se espelhava na revisão para baixo das expectativas de crescimento por parte de muitos analistas. No início do ano, a mediana do crescimento esperado pelos analistas para 2018, segundo a pesquisa Focus do Banco Central, era de 2,7%, percentual que já havia caído para próximo aos 2,4% ao final de maio passado.

Baixo crescimento reflete enfermidade estrutural da economia e não só circunstâncias conjunturais

Na realidade, há causas mais profundas que explicam o anêmico desempenho da economia brasileira. No curto prazo, as incertezas políticas e o ainda elevado endividamento das empresas e das famílias parecem ser os vilões mais destacados. Tem-se um quadro em que há pouco espaço para a expansão mais robusta do consumo e do investimento, o que repercute no mercado de trabalho.

Não é de estranhar que a grande recessão do período 2014-2016 tenha deixado efeitos duradouros sobre a economia. Nem mesmo a redução das taxas de juros pelo BC aos seus mínimos históricos tem sido capaz de estimular a economia a uma trajetória mais robusta de crescimento. A redução da alavancagem das empresas e das famílias tem ocorrido, mas num ritmo mais lento do que se esperava.

Por outro lado, não se deve subestimar que o excessivo intervencionismo dos governos petistas desarticulou várias cadeias produtivas importantes para a economia e gerou investimentos com baixo retorno de capital, alavancados principalmente com endividamento junto aos bancos públicos. A má regulação e a insegurança jurídica também prejudicam a recuperação do investimento, como é o caso da falta de resolução legal para o problema dos distratos na incorporação imobiliária. Para piorar as coisas, a recaída "dilmista" do governo Temer na greve dos caminhoneiros acabou trazendo mais ruído ainda para eventuais intenções de investimento em setores relevantes como o agronegócio e infraestrutura logística.

Caso o cenário político fosse menos incerto, teria sido até possível encontrar consumidores e empresas mais dispostos a aumentarem seus gastos de consumo e investimento, apostando num futuro mais favorável logo adiante. Porém, o que ocorre é justamente o contrário, com o futuro tornando-se cada vez mais nebuloso, na esteira da eleição presidencial menos previsível desde 1989.

Para complicar as coisas no âmbito das expectativas, os desafios para o próximo presidente da República afiguram-se gigantescos, pela necessidade de se atacar o grave desequilíbrio fiscal estrutural, sem o que não dá para se falar em retomar o crescimento sustentável da economia. Pelo menos até aqui, o cenário eleitoral não traz nenhuma segurança de que

teremos no Palácio do Planalto um presidente ao mesmo tempo comprometido com as reformas indispensáveis e possuidor das qualidades políticas para ser bem-sucedido nas negociações com um Congresso talvez mais fragmentado partidariamente do que jamais foi.

A solução para o desequilíbrio estrutural das contas públicas é condição precedente e necessária para a consolidação das expectativas e a retomada do investimento que deve ser sustentável para que o Brasil não fique eternamente prisioneiro de episódios de "voos de galinha". Para tanto, há que se realizar com urgência uma reforma previdenciária que, alterando parâmetros fundamentais do nosso regime de aposentadorias, possa diminuir a pressão de crescimento dos gastos previdenciários e abrir espaço para a redução do endividamento público e a melhoria da qualidade do gasto público. Evidentemente que a reforma previdenciária não será o "fim da História" e outras reformas são igualmente necessárias para propiciar um maior crescimento da produtividade e do investimento.

Em última análise, o baixo crescimento do PIB no segundo trimestre, revelado pelos números divulgados pelo IBGE, reflete fundamentalmente uma enfermidade estrutural da economia brasileira e não apenas circunstâncias conjunturais e mesmo que a economia tivesse exibindo uma recuperação cíclica mais robusta muito provavelmente o crescimento se estiolaria logo adiante na ausência de reformas.

Gustavo Loyola, doutor em Economia pela EPGE/FGV. Ex-presidente do BC do Brasil - Sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo